

Demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

31 de dezembro de 2011 e 2010
com relatório dos auditores independentes

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Salto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfase

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no exercício findo naquela data. Conforme comentado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos e de eventual aporte de capital por parte dos acionistas. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além de outros ativos não circulantes, depende do êxito do projeto e da consequente geração de resultados positivos futuros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas *IFRS* que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 19 de março de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	27.347	75.125
Contas a receber (Nota 5)	13.625	11.385
Despesas antecipadas	874	1.162
Tributos a recuperar	1.808	247
Outros ativos	1.230	354
	<u>44.884</u>	<u>88.273</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 6.a)	7.269	2.251
Despesas antecipadas	246	-
Imobilizado (Nota 7)	6.515	1.641
Intangível (Nota 8)	733.510	715.845
	<u>747.540</u>	<u>719.737</u>
Total do ativo	<u>792.424</u>	<u>808.010</u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	21.249	9.922
Notas promissórias (Nota 9)	481.438	449.472
Credor pela concessão	539	391
Obrigações tributárias	2.920	2.118
Obrigações trabalhistas	3.505	2.125
Provisões (Nota 11)	23.248	84.744
Outros passivos	275	20
	<u>533.174</u>	<u>548.792</u>
Não circulante		
Provisões (Nota 11)	10.484	6.525
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	38.195	34.057
Outros passivos	3.163	27
	<u>51.842</u>	<u>40.609</u>
Total do passivo	<u>585.016</u>	<u>589.401</u>
Patrimônio líquido (Nota 12)		
Capital social subscrito	223.578	240.000
Capital social a integralizar	-	(16.422)
Capital social integralizado	223.578	223.578
Prejuízos acumulados	(16.170)	(4.969)
Total do patrimônio líquido	<u>207.408</u>	<u>218.609</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>792.424</u>	<u>808.010</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	2011	2010
Receita operacional líquida (Nota 13)	<u>242.405</u>	<u>172.412</u>
Custos dos serviços prestados (Notas 14 e 15)	<u>(161.748)</u>	<u>(93.572)</u>
Lucro bruto	<u>80.657</u>	<u>78.840</u>
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(14.788)	(14.412)
Honorários da administração (Nota 10.a)	(1.366)	(1.135)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>51</u>	<u>10</u>
	<u>(16.103)</u>	<u>(15.537)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	<u>64.554</u>	<u>63.303</u>
Despesas financeiras (Nota 16)	(88.421)	(65.189)
Receitas financeiras (Nota 16)	<u>7.648</u>	<u>419</u>
	<u>(80.773)</u>	<u>(64.770)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(16.219)</u>	<u>(1.467)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 6.c)	-	(372)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6.c)	<u>5.018</u>	<u>781</u>
	<u>5.018</u>	<u>409</u>
Prejuízo do exercício	<u>(11.201)</u>	<u>(1.058)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações – em R\$ (Nota 18)	<u>(0,5010)</u>	<u>(0,0496)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	189.000	(3.822)	185.178	(3.911)	181.267
Subscrição de capital social (Nota 12.a)	51.000	(51.000)	-	-	-
Integralização de capital social (Nota 12.a)	-	38.400	38.400	-	38.400
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.058)	(1.058)
Resultado abrangente	-	-	-	(1.058)	(1.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	240.000	(16.422)	223.578	(4.969)	218.609
Redução do capital social subscrito (Nota 12.a)	(16.422)	16.422	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.201)	(11.201)
Resultado abrangente	-	-	-	(11.201)	(11.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	223.578	-	223.578	(16.170)	207.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(11.201)	(1.058)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6.c)	(5.018)	(781)
Depreciação e amortização (Nota 15)	12.820	9.813
Variações monetárias sobre as obrigações com o Poder Concedente (Nota 16)	6.990	17.471
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e financiamentos (Nota 16)	76.646	41.453
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	4.138	1.157
Provisão para demandas judiciais (Nota 11.a)	1.438	42
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 11.c)	1.453	1.755
	87.266	69.852
Variação nas contas de ativo:		
Contas a receber	(2.240)	(3.225)
Despesas antecipadas	42	2.186
Tributos a recuperar	(1.561)	(136)
Outros ativos	(876)	277
Variação nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	11.327	1.435
Credor pela concessão – ônus variável	148	23
Obrigações tributárias	802	(812)
Obrigações trabalhistas	1.380	1.248
Outros passivos	3.391	(9.870)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	99.679	60.978
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos no ativo imobilizado (Nota 7.b)	(5.229)	(779)
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos (Nota 11.b)	(56.989)	-
Investimentos no ativo intangível (Nota 8.b)	(40.559)	(24.200)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(102.777)	(24.979)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de notas promissórias e captação de financiamentos	959.095	609.375
Pagamento de notas promissórias e financiamentos (principal)	(967.143)	(361.464)
Pagamento de juros sobre notas promissórias e financiamentos	(36.632)	(42.675)
Captação de mútuos com partes relacionadas	-	32.900
Pagamento de credor pela concessão - ônus fixo	-	(246.769)
Integralização de capital social	-	38.400
Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento	(44.680)	29.767
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(47.778)	65.766
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.125	9.359
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.347	75.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas (Nota 13)		
Receitas de pedágio	158.685	147.120
Receita dos serviços de construção	97.350	37.478
Receitas acessórias	580	520
	<u>256.615</u>	<u>185.118</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção (Notas 14 e 15)	(97.350)	(37.478)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(35.135)	(42.807)
Variações monetárias sobre as obrigações com o Poder Concedente (Nota 16)	(6.990)	(17.471)
Custo da concessão – ônus variável (Nota 15)	(4.879)	(4.429)
	<u>(144.354)</u>	<u>(102.185)</u>
Valor adicionado bruto	<u>112.261</u>	<u>82.933</u>
Depreciação e amortização (Nota 15)	(12.820)	(9.813)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>99.441</u>	<u>73.120</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 16)	7.648	419
	<u>7.648</u>	<u>419</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>107.089</u>	<u>73.539</u>
Pessoal (Nota 17)		
Salários e remunerações	(12.845)	(11.156)
Benefícios	(5.191)	(3.777)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	(11.320)	(9.653)
Municipais	(8.047)	(7.276)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 16)	(4.138)	(1.157)
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e financiamentos (Nota 16)	(76.646)	(41.453)
Aluguéis	(103)	(125)
Remuneração de capital próprio		
Prejuízo do exercício	11.201	1.058
Total do valor distribuído	<u>(107.089)</u>	<u>(73.539)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("CRT" ou "Companhia"), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ("ARTESP" ou "Poder Concedente").

A Companhia tem como objetivo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação e exploração, mediante concessão onerosa, do Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, sob a forma determinada no Edital de Concorrência Pública Internacional nº. 005/2008, definido por Corredor Marechal Rondon Leste incluído na 2ª Etapa da 2ª Fase do Programa de Concessões de Rodoviárias do Estado de São Paulo, cujo leilão foi promovido pela ARTESP em 29 de outubro de 2008. O corredor é constituído por trecho da Rodovia SP-300 e acessos, totalizando 417 km. O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, para pagamento à ARTESP, foi de R\$517 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPC-A, pagos 20% à vista e o restante em 18 parcelas mensais e consecutivas (de maio de 2009 a outubro de 2010). A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como "direito da outorga de concessão", tendo como contrapartida o passivo na rubrica "credor pela concessão". Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Pavimentos (recuperações): plano de restauração do pavimento existente, compreendendo toda malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, abrangendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300, SP-308 e contornos, além dos respectivos acessos, totalizando cerca de 345 km de rodovias e contornos e 62 km de acessos;
- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$771 milhões (R\$1.302 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Situação financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$11.201 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, naquela data, apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$488.290. Nessa data, o endividamento da Companhia estava composto por notas promissórias com vencimento para 13 de junho de 2012, no montante de R\$481.438 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano.

A Companhia pretende captar recursos no valor principal total de até R\$700.000, através da emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, e por financiamento a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Esses recursos serão utilizados para a liquidação das notas promissórias e para a realização dos investimentos necessários ao atendimento das obrigações (Capex) decorrentes da Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

A obtenção desses recursos financeiros propiciará à Companhia mudar o perfil da dívida, eliminando os compromissos de curto prazo e reduzindo as despesas financeiras, em função dos encargos financeiros menores que deverão incidir sobre o valor principal dessas operações.

Em 09 de fevereiro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários concedeu à Companhia o registro de companhia aberta, possibilitando, dessa forma, a emissão de debêntures públicas, operação essa já aprovada pela ARTESP. A emissão das debêntures públicas depende de negociações com bancos comerciais e o BNDES, que estavam em andamento em 15 de março de 2012. Os acionistas e certas partes intervenientes garantidoras comprometem-se, em um acordo de suporte financeiro celebrado entre as partes, durante o período entre a assinatura do acordo e a integral liquidação das notas promissórias, entre outros compromissos, a efetuar todos os aportes de recursos na Companhia e/ou reforço de garantias, solicitados pela administração da Companhia, no limite das respectivas participações acionárias na Companhia, para assegurar:

- (i) a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010);
- (ii) o resgate antecipado das notas promissórias que não forem objeto de liquidação com os recursos obtidos com os financiamentos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e mediante a emissão de debêntures pela Companhia;
- (iii) que seja suprida toda e qualquer insuficiência de recursos que se façam necessários para suportar os investimentos e ou para regular a operação do projeto, sendo que tais recursos poderão ser aportados sob a forma de mútuo e/ou empréstimo subordinado, em termos e condições de subordinação satisfatórios aos titulares das Notas Promissórias; e,
- (iv) o pagamento das notas promissórias por ocasião de seu vencimento, antecipado ou não, incluindo principal, juros e demais encargos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2012.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.1) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria determinado no contrato de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.3) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis--Continuação

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis referem-se à caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa - compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Contas a receber - referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

c) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía investimentos mantidos até o vencimento.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis ou (iii) investimentos mantidos até o vencimento. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expirarem; e
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos financeiros, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. No caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias, credor pela concessão e mútuos a pagar a partes relacionadas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.

b) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, todos os instrumentos financeiros passivos da Companhia estão classificados nessa categoria.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)--Continuação

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 19.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível;
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização; e,

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivo não circulante		
Provisão para investimentos em rodovias a valor nominal	28.861	91.510
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	(i) 28.085	88.513
Ajuste a valor presente	<u>776</u>	<u>2.997</u>
Provisão para manutenção a valor nominal	8.917	4.270
Provisão para manutenção a valor presente	(ii) 4.167	2.714
Ajuste a valor presente	<u>4.750</u>	<u>1.556</u>

- (i) As mensurações dos respectivos valores presentes foram calculadas originalmente com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, à taxa de desconto de 5,5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração foi baseada na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros, na data da assinatura do Contrato de Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

- (ii) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflite a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.5) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 7, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

2.6) Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente antes dos impostos, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.8) Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.9) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.11) Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação. A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

2.12) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.13) Demonstrações dos valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.14) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito diferentes do resultado. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.15) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Os pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras pela adoção destes pronunciamentos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e 11.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e bancos	1.886	3.958
Aplicações financeiras	25.461	71.167
	<u>27.347</u>	<u>75.125</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Pedágio eletrônico a receber	11.727	9.716
Cartões de pedágio a receber	391	769
Valores em trânsito	1.507	900
	<u>13.625</u>	<u>11.385</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	6.602	321
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	503	14
Provisão para participação nos lucros	689	293
Outras provisões	228	81
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (ii):		
Provisão para manutenção de rodovias	1.416	922
Provisão para investimentos em rodovias	9.548	30.094
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	(3.942)	(26.864)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão (i)	1.743	2.011
	<u>16.787</u>	<u>6.872</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (ii):		
Amortização – curva de tráfego (iii)	(9.518)	(4.621)
	<u>(9.518)</u>	<u>(4.621)</u>
Líquido	<u>7.269</u>	<u>2.251</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre a reversão, em 2010, do ajuste a valor presente, registrado em 2009, na rubrica Credor por concessão, em contrapartida do Intangível. Em 2009, a Companhia não optou pelo RTT – Regime Tributário de Transição, dessa forma, a reversão do ajuste a valor presente registrado em 2009 foi considerada indedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social de 2010. Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado concomitantemente à amortização do Intangível.
- (ii) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (iii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Amparada no parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM 371, a Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.470	-	1.470
Efeito tributário sobre compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício	(76)	-	(76)
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	14	-	14
Provisão para participação nos lucros	293	-	293
Outras provisões	81	-	81
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	596	-	596
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	1.599	-	1.599
Reversão do ajuste a valor presente	1.293	-	1.293
Pagamento da provisão pela realização de obras	(3.229)	-	(3.229)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	2.011	-	2.011
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	3.229	-	3.229
Amortização – curva de tráfego	(409)	(4.621)	(5.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.872	(4.621)	2.251
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do exercício	6.281	-	6.281
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	489	-	489
Provisão para participação nos lucros	403	-	403
Outras provisões	140	-	140
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	494	-	494
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	1.663	-	1.663
Reversão do ajuste a valor presente	713	-	713
Remensuração da provisão para realização de obras	(3.546)	-	(3.546)
Pagamento da provisão pela realização de obras	(19.376)	-	(19.376)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(268)	-	(268)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	22.922	-	22.922
Amortização – curva de tráfego	-	(4.897)	(4.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.787	(9.518)	7.269

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(16.219)	(1.467)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	5.514	499
Realização do ajuste a valor presente sobre credor pela concessão	(268)	-
Diferenças permanentes	(228)	(90)
	<u>5.018</u>	<u>409</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Corrente	-	(372)
Diferido	5.018	781
	<u>5.018</u>	<u>409</u>

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	2011			2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos da administração	10 a 20	7.263	(748)	6.515	1.641
		<u>7.263</u>	<u>(748)</u>	<u>6.515</u>	<u>1.641</u>

b) Movimentação

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Equipamentos da administração	2.034	5.229	7.263
Total do custo	2.034	5.229	7.263
Depreciação	(393)	(355)	(748)
Líquido	1.641	4.874	6.515
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Equipamentos da administração	1.255	779	2.034
Total do custo	1.255	779	2.034
Depreciação	(77)	(316)	(393)
Líquido	1.178	463	1.641

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

8. Intangível

a) Composição

		2011			2010
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(19.794)	522.450	532.050
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	96.036	(3.874)	92.162	104.051
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	76.226	(1.860)	74.366	36.979
Serviços de construção - em andamento	(iii)	37.007	-	37.007	34.738
Outros	(iv)	7.155	(276)	6.879	7.432
Direito de uso de software		901	(255)	646	595
		<u>759.569</u>	<u>(26.059)</u>	<u>733.510</u>	<u>715.845</u>

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir à medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

b) Movimentação

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Transferências	
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	106.046	-	(10.010)	-	96.036
Serviços de construção - obras concluídas	38.134	-	-	38.092	76.226
Serviços de construção - em andamento	34.738	40.361	-	(38.092)	37.007
Outros	7.574	-	(419)	-	7.155
Direito de uso de software	703	198	-	-	901
	729.439	40.559	(10.429)	-	759.569
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(10.194)	(9.600)	-	-	(19.794)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(1.995)	(1.879)	-	-	(3.874)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.155)	(705)	-	-	(1.860)
Outros	(142)	(134)	-	-	(276)
Direito de uso de software	(108)	(147)	-	-	(255)
	(13.594)	(12.465)	-	-	(26.059)
Líquido	715.845	(28.094)	(10.429)	-	733.510

Em 2011, a Companhia remensurou a provisão para investimentos em rodovias pela revisão da estimativa e época para liquidar a obrigação presente e reconheceu o ajuste em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto na OCPC 05. Vide nota explicativa nº 11.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	106.046	-	-	106.046
Serviços de construção - obras concluídas	36.545	-	1.589	38.134
Serviços de construção - em andamento	1.135	35.192	(1.589)	34.738
Outros	7.574	-	-	7.574
Direito de uso de software	243	460	-	703
	693.787	35.652	-	729.439
Amortização				
Direito de outorga da concessão	(3.253)	(6.941)	-	(10.194)
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	(558)	(1.437)	-	(1.995)
Serviços de construção - obras concluídas	(226)	(929)	-	(1.155)
Outros	(45)	(97)	-	(142)
Direito de uso de software	(15)	(93)	-	(108)
	(4.097)	(9.497)	-	(13.594)
Líquido	689.690	26.155	-	715.845

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias

<u>Instituição financeira</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Banco do Brasil S.A.	139.121	129.744
BES Investimento do Brasil S.A.	139.060	129.758
Banco ABC Brasil S.A.	64.184	59.873
HSBC Bank Brasil S.A.	96.277	90.182
Banco Caixa Geral S.A.	42.796	39.915
	<u>481.438</u>	<u>449.472</u>

Em 21 de dezembro de 2010, a Companhia realizou a primeira emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$450.000, com vencimento para 21 de junho de 2011 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Esses recursos foram utilizados para quitação de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), contratadas para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos a ARTESP pela outorga da concessão. Os custos de captação totalizaram R\$3.968 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Em 20 de junho de 2011, a Companhia realizou a segunda emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$484.200, com vencimento para 17 de dezembro de 2011 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os recursos recebidos pela Companhia foram utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da primeira emissão. Os custos de captação totalizaram R\$3.275 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia realizou a terceira emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$484.200, com vencimento para 13 de junho de 2012 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os recursos recebidos pela Companhia foram utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da segunda emissão. Os custos de captação totalizaram R\$6.278 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias--Continuação

Esses títulos de dívida estão garantidos por avais de acionistas e de certas partes intervenientes garantidoras, além de: (a) Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora exceção feita àquelas detidas por membros da diretoria e ou Conselho de Administração; (b) Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e de Direitos de Crédito; e, (c) Contrato de Suporte de Acionistas, que requer a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva de juros das notas promissórias era de 18,14%.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração fixa anual (1)	(909)	(728)
Remuneração variável (2)	(457)	(407)
	<u>(1.366)</u>	<u>(1.135)</u>

(1) Inclui salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 17.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 17.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	19.096	17.028	2.068	578
Opway - Engenharia S.A.	15.279	13.623	1.656	464
Leão & Leão Ltda.	3.820	3.406	414	115
	<u>38.195</u>	<u>34.057</u>	<u>4.138</u>	<u>1.157</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos de mútuos foram celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores (vide notas explicativas nº 1 e 9).

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

11. Provisões

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Provisão para demandas judiciais	1.480	42
Provisão para investimentos em rodovias	28.085	88.513
Provisão para manutenção em rodovias	4.167	2.714
	<u>33.732</u>	<u>91.269</u>
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(23.248)</u>	<u>(84.744)</u>
Não circulante	<u>10.484</u>	<u>6.525</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A movimentação da provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

	<u>Adição em 2010</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Adição em 2011</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>
Trabalhistas	42	42	1.438	1.480
	<u>42</u>	<u>42</u>	<u>1.438</u>	<u>1.480</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui o equivalente à R\$2.893 (R\$2.287 em 31 de dezembro de 2010) de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade reduzida de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível. Segue a movimentação no período:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011					
	Saldo inicial	Atualização monetária	Remensuração	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo Final
Provisão para investimentos	91.510	4.892	(10.552)	-	(56.989)	28.861
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.997)	-	123	2.098	-	(776)
	88.513	4.892	(10.429)	2.098	(56.989)	28.085

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010					
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo final	
Provisão para investimentos	96.305	4.705	-	(9.500)	91.510	
Ajuste a valor presente (AVP)	(6.802)	-	3.805	-	(2.997)	
	89.503	4.705	3.805	(9.500)	88.513	

Em 2011, a Companhia revisou a estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente, revertendo o montante de R\$10.552 (R\$10.429 a valor presente), em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto pela OCPC 05.

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	2011	2010
2011	-	84.744
2012	23.248	995
2013	4.837	1.648
2014	-	41
2015	-	972
2016	-	113
	28.085	88.513

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias

Foi constituída com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do exercício. O passivo, a valor presente, foi progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	Saldo em 31/12/2009	Adição em 2010	Saldo em 31/12/2010	Adição em 2011	Saldo em 31/12/2011
Provisão para manutenção	1.578	2.692	4.270	4.647	8.917
Ajuste a valor presente (AVP)	(619)	(937)	(1.556)	(3.194)	(4.750)
Saldo	959	1.755	2.714	1.453	4.167

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	2011	2010
2017	1.002	770
2018	484	292
2019	1.730	1.375
2020	437	277
2021	514	-
	4.167	2.714

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social está representado por 22.357.847.595 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2011		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797	-	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	40,00%	8.943.139.038	-	8.943.139.038
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.784.760	-	2.235.784.760
		22.357.847.595	-	22.357.847.595

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2010		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	49,99%	11.178.498.992	821.045.002	11.999.543.994
Opway - Engenharia S.A.	40,00%	8.943.139.034	656.860.962	9.599.999.996
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.784.758	164.215.240	2.399.999.998
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	0,01%	424.799	31.201	456.000
Outros	-	12	-	12
Total		<u>22.357.847.595</u>	<u>1.642.152.405</u>	<u>24.000.000.000</u>

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Adicionalmente, conforme Contrato de Suporte de Acionistas, conforme comentado nas notas explicativas nº 1 e 9, os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010). Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Em 17 de março de 2010, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o desmembramento de ações na proporção de 01 ação para 100 (cem) ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os acionistas integralizaram os seguintes montantes: R\$11.500 e R\$26.900, em 17 de março de 2010 e em 19 de abril de 2010, respectivamente. Nessas datas, também foi autorizado o aumento do capital subscrito em R\$21.000 e R\$30.000, respectivamente.

Em 22 de agosto de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$240.000 para R\$223.578, mediante o cancelamento das ações não integralizadas naquela data.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

Alteração na participação dos controladores

Quando a Companhia foi constituída, em 2009, a participação do Grupo CIBE na sociedade deu-se por meio da Equipav, sociedade que detinha 50% das ações da Companhia e, juntamente com a Opway, detentora de 40% das ações (representando o Grupo Ascendi) e a Leão & Leão, detentora de 10% das ações, formava o grupo de controle da Companhia.

Em 15 de junho de 2010, as empresas formadoras do Grupo CIBE (Heber e Equipav) resolveram pôr fim à sua parceria e promoveram uma reestruturação societária com mudanças na composição do bloco de controle, pela qual a Heber resultou como controladora última e exclusiva do Grupo CIBE.

Em decorrência, a Heber adquiriu 99,998% da participação societária da Equipav na Companhia e, posteriormente, fez dação em pagamento desta participação para a Cibe Participações e Empreendimentos S.A. a qual, sucessivamente, conferiu esta participação para capitalizar sua subsidiária integral Cibe Investimentos e Participações S.A..

Ressalta-se que referida operação não acarretou alteração no bloco de controle da Companhia, o que é vedado pelo Poder Concedente caso ocorra em menos de 2 (dois anos) contados da assinatura do Contrato de Concessão. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 03 de dezembro de 2010.

Com a conclusão desta fase do processo de reorganização societária, a Cibe Investimentos e Participações S.A. passou a deter 49,999% das ações da Companhia, a Opway 40%, a Leão & Leão 10% e a Equipav 0,001%. Posteriormente, realizou-se a transferência das ações da Companhia detidas pela Opway para a Ascendi International Holding B.V., e do restante das ações de propriedade da Equipav para a CIBE Investimentos e Participações S.A.. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25 de novembro de 2011.

No dia 28 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a autorização da ARTESP para transferência das ações pertencentes à Leão & Leão Ltda. (correspondentes a 10% do capital social da Companhia) para a acionista Ascendi International Holding B.V..

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Como previsto no estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório deverá ser pago em 60 dias a contar da data de sua aprovação em assembleia geral, podendo, no entanto, a referida assembleia deliberar pela distribuição de dividendo inferior ao mínimo assegurado ou pela retenção total do lucro.

13. Receita operacional líquida

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio	158.685	147.120
Receita de serviços de construção	97.350	37.478
Receitas acessórias	580	520
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(14.210)</u>	<u>(12.706)</u>
	<u>242.405</u>	<u>172.412</u>

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3,00%).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

14. Custo dos serviços prestados

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Com pessoal	(13.179)	(10.062)
Serviços de terceiros	(15.572)	(17.324)
Depreciação e amortização	(12.297)	(9.497)
Ônus variável da concessão	(4.879)	(4.429)
Manutenção e conservação	(11.000)	(8.562)
Custo dos serviços de construção	(97.350)	(37.478)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(1.453)	(1.755)
Outros	(6.018)	(4.465)
	<u>(161.748)</u>	<u>(93.572)</u>

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Com pessoal (Nota 17)	(18.036)	(14.933)
Serviços de terceiros	(22.927)	(22.762)
Depreciação e amortização	(12.820)	(9.813)
Ônus variável da concessão	(4.879)	(4.429)
Manutenção e conservação	(11.000)	(8.563)
Custo dos serviços de construção	(97.350)	(37.478)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(1.453)	(1.755)
Seguros e garantias	(2.483)	(5.988)
Provisão para demandas judiciais (Nota 11.a)	(1.438)	(42)
Outros	(4.150)	(2.221)
	<u>(176.536)</u>	<u>(107.984)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(161.748)	(93.572)
Despesas gerais e administrativas	(14.788)	(14.412)
	<u>(176.536)</u>	<u>(107.984)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

16. Resultado financeiro

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(76.646)	(41.453)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(4.138)	(1.157)
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	(6.990)	(17.471)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(139)	(3.734)
Outras despesas financeiras	(508)	(1.374)
	(88.421)	(65.189)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.604	372
Outros	44	47
	7.648	419
Resultado financeiro	(80.773)	(64.770)

17. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e encargos sociais	(12.845)	(11.156)
Benefícios previstos em lei	(1.351)	(1.143)
Benefícios adicionais	(1.815)	(1.343)
Plano de participação nos resultados	(2.025)	(1.291)
	(18.036)	(14.933)

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

17. Benefícios a empregados--Continuação

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

18. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	<u>(11.201)</u>	<u>(1.058)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>22.357.847.595</u>	<u>21.315.042.788</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,5010)	(0,0496)

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

18. Resultado por ação--Continuação

Conforme comentado na nota explicativa nº 12.a, em 17 de março de 2010, as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 01 ação para 100 ações. Consequentemente, para fins de comparabilidade, a média ponderada do número de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, demonstrada acima, considera o efeito desse desmembramento.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e a variação da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), que é o indexador das dívidas da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela administração face aos riscos inerentes.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas sujeitos a variação da taxa média do CDI).

Passivo financeiro	Risco	Impacto no resultado do exercício (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI		10,87%	13,59%	16,31%
Notas Promissórias	Aumento do CDI	(38.152)	(44.469)	(50.710)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(9.659)	(10.699)	(11.738)

Ativo financeiro	Risco	Impacto no resultado do exercício (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
CDI		10,87%	8,15%	5,44%
Aplicações financeiras	Queda do CDI	2.768	2.076	1.384

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer ou rendimentos a auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do respectivo contrato, o que for menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é o valor registrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c. Risco de liquidez--Continuação

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Notas promissórias (Nota 9)	-	481.438	-	481.438
Fornecedores e prestadores de serviços	21.249	-	-	21.249
Credor pela concessão	539	-	-	539
Obrigações tributárias	2.920	-	-	2.920
Obrigações trabalhistas	3.505	-	-	3.505
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	38.195	38.195
Outros passivos	-	275	3.163	3.438
Total	28.213	481.713	41.358	551.284

d. Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos e passivos financeiros não diferem dos seus valores de mercado, devido à sua indexação a juros de mercado, quando aplicável, e/ou natureza de curto prazo.

e. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. Os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010), como mencionado nas notas explicativas nº 1 e 9.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e. Gestão do capital social--Continuação

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Notas promissórias	481.438	449.472
Mútuos a pagar a partes relacionadas	38.195	34.057
(-) Caixa e equivalente de caixa	<u>(27.347)</u>	<u>(75.125)</u>
Dívida líquida	<u>492.286</u>	<u>408.404</u>
Patrimônio líquido	<u>207.408</u>	<u>218.609</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>699.694</u>	<u>627.013</u>

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	652.066
	Responsabilidade civil	22.148
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	65.996
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	146.783

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Concessionária Rodovias do Tietê – 2011

As informações não financeiras incluídas no Relatório da Administração, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A administração da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. doravante denominada “Concessionária”, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Especiais, referentes ao período encerrado em 31 de Dezembro de 2011, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, em 2011, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 158.685mil (R\$ 147.120mil em 2010). No mesmo período, arrecadou R\$ 580 mil (R\$ 520mil em 2010) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 14.210mil em 2011 e R\$ 12.706mil em 2010.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, em 2011, R\$ 97.350mil de receita de construção contra R\$ 37.478mil em 2010 com contrapartida nos custos de construção, com margem igual a zero.

De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Os custos de construção da infraestrutura referem-se à provisão dos custos com conservação especial projetado para 2010 e 2011, a valor presente, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP na assinatura do contrato de concessão, além da amortização do intangível.

Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais

Em R\$ Mil	2011	2010
Receita Bruta	256.615	185.118
Receitas de Pedágio	158.685	147.120
Receita de Construção	97.350	37.478
Outras Receitas	580	520
(-) Deduções de Receita	(14.210)	(12.706)
Receita Líquida	242.405	172.412
(-) Custos e Despesas Operacionais	(80.501)	(71.631)
(-) Custos de Construção	(97.350)	(37.478)
EBITDA	64.554	63.303
Margem EBTIDA	26,63%	36,72%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em Dezembro de 2011 refere-se às receitas financeiras, oriundas de aplicações de baixo risco (Certificado de Depósito Bancário – CDB), deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros e comissões sobre a primeira série de notas promissórias emitidas em dezembro de 2010 e quitadas em junho de 2011, por meio da emissão da segunda série de notas promissórias, liquidadas em dezembro de 2011 via emissão da terceira série no montante de R\$ 484.200mil.

Empréstimos e Financiamentos

Em abril de 2009 foram contratadas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) no valor de R\$ 357.000 mil, para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos à ARTESP pela outorga da concessão, podendo, adicionalmente, terem sido destinados à realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de

2010, remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 5,5% ao ano.

Essas Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010, quando foram emitidas notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de 2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 3,7% ao ano. Esses títulos de dívida estão garantidos por aval dos acionistas e fiança bancária. Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstas no Contrato de Concessão.

Em 21 de junho de 2011 foi emitida a segunda série de notas promissórias, para liquidação da primeira série. Este financiamento de curto prazo foi liquidado em 17 de dezembro de 2011 via emissão da terceira série de notas promissórias necessárias para quitação do financiamento de curto prazo, durante as negociações para emissão de debêntures e linha de financiamento de longo prazo do BNDES. A estimativa da administração é a obtenção destes recursos de longo prazo no primeiro semestre de 2012.

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados nos três primeiros anos de Concessão representaram R\$ 166.698 mil e foram destinados para a ampliação, conservação e manutenção das rodovias, compra de equipamentos, construção de instalações e implantação de elementos de segurança e de sinalização.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.

Gestão de Pessoas

O capital humano é o principal ativo de uma companhia e, sob esta ótica, a Rodovias do Tietê preocupa-se constantemente com a valorização e desenvolvimento de todo o seu time de mais de 400 funcionários.

Com base nessa filosofia de atuação, a área de recursos humanos está estruturada para realizar a gestão de pessoas no que tange a política de remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, processos de admissão e demissão e treinamentos.

Esses três primeiros anos de operação foram fundamentais para a construção de uma equipe competente e comprometida com os objetivos traçados, permitindo à Concessionária atender e superar as necessidades dos usuários e da sociedade.

Para isso foram definidas as necessidades e a aplicação de treinamentos específicos, tanto para as equipes operacionais quanto administrativas. Definiu-se, também a metodologia de avaliação e remuneração por desempenho.

Responsabilidade Social

A Rodovias do Tietê é formada por um grande time de profissionais dedicado a fazer o melhor pelos usuários do seu sistema viário. Atividades educativas realizadas pelos colaboradores da empresa em parceria com o Policiamento Rodoviário conscientizam para a segurança de quem trafega ou mora perto de uma rodovia.

Foram 18 campanhas ao longo de 2011 que abordaram mais de 7.300 pessoas, entre adultos e crianças, todos multiplicadores de uma nova consciência para um trânsito melhor e mais respeitoso. As campanhas fazem parte do Programa de Redução de Acidentes adotado pela concessionária conforme orientação da Artesp.

As principais campanhas foram:

- Campanha Álcool e Direção;
- Quarta no Quartel;
- Café na Passarela;
- Campanha para motociclistas;
- Campanha de uso do cinto de segurança;
- Semana Nacional do Trânsito: Campanha Seleção da Estrada;
- Campanha para pedestres

Responsabilidade Ambiental

Além de se preocupar com a segurança e infraestrutura de quem viaja pelo seu trecho, a Concessionária Rodovias do Tietê também está atenta ao meio ambiente. A empresa elabora e implanta, periodicamente, planos de gestão ambiental para obras ao longo do sistema concessionado, incluindo o acompanhamento ambiental por profissionais especializados.

As árvores e vegetação nativas eventualmente suprimidas para realização das obras são compensadas pelo plantio de novas unidades em quantidade e locais aprovados pelos órgãos ambientais.

Além disso, pela segunda vez a Concessionária Rodovias do Tietê realizou a ação “Deixe o mundo mais verde” – lema da Campanha em homenagem ao Dia da Árvore (21 de setembro) e início da Primavera (23 de setembro) e que distribuiu mudas de Ipê Roxo (*Tabebuia avellanedae*) e Aroeira Pimenteira (*Schinus terebinthifolia*) aos usuários do sistema concessionado. A distribuição de 15 mil mudas de árvores aconteceu em todas as nove praças de pedágio, além de marcar mais uma edição da Semana Nacional de Trânsito.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

Considerações Finais

As demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

Conselho de Administração
Alexandre Tujisoki
José Renato Ricciardi
Pedro Rache
Rafael Negrão Rossi
Sergio Santillan
Tiago Caseiro

Diretoria Executiva
Sebastião Ricardo C. Martins
Paulo Jorge C. Fernandes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Erns & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2011.

Tietê, 19 de março de 2012.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Erns & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2011.

Tietê, 19 de março de 2012.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro